

# A REVISTA.

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDA-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYPOGRAPHIA.

MARANHAO TYPOGRAPHIA IMPARCIAL MARANHENSE, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N.º 4. EM 1843.

## RIO DE JANEIRO.

### O Projecto do Sr. Rebouças.

—Em uma das sessões passadas da camara dos deputados, o Sr. Rebouças offereceu um projecto declarando os empregos incompativeis com o cargo do deputado á assemblea geral. Em nossa opinião, o projecto tende a uma reforma da constituição, isto é, trata de tirar direitos a cidadãos que os haviam adquirido pelo artigo constitucional que designou as qualidades, que devião ter os eleitos deputados: sobre este ponto parece que não pôde haver questão, e a camara procedeu muito em regra, visto que o autor do projecto não lhe deu a formula conveniente, mandando-o a uma commissão que examinasse si com effeito continha materia da reforma á constituição.

Nem porisso porem julgamos que se não deva a imprensa occupar do projecto das incompatibilidades: si a camara julgar que envolve materia constitucional, será necessario discuti-la para que os povos saibão, e em consequencia elejão deputados, representantes de suas opiniões, si for approvado que se reforme a constituição; si ao contrario julgar a camara que a materia é objecto de lei ordinaria e regulamentar, tambem se deve discutir o projecto para que o povo se convença do que o votado foi o mais conveniente e vantajoso.

Já em outra occasião emitimos nossa opinião acerca dos presidentes de provincia, e commandantes de armas e chefes de policia, e dissemos que, por moralidade publica, por interesse d'essas autoridades, esses empregos se devião julgar incompativeis com o cargo de deputado, sinão em todo o imperio, ao menos naquellas provincias em que exercessem autoridade ou jurisdicção. Certamente não recusariamos estender a incompatibilidade a outros empregados, que, por seu emprego, tivessem como os primeiros influencia em toda a provincia; entretanto parece-nos que é descer muito na escala social querer, por exemplo, que um juiz de paz ou outro empregado de mui limitada jurisdicção e influencia, seja excluido de ser votado. Em um paiz novo como o Brasil, onde faltão os homens para os empregos, uma semelhante lei viria pôr em embaraço o governo, e ate o povo que não terião toda a liberdade de escolha. Quem aceitará os cargos de juiz de paz, delegado, subdelegado e outros, sabendo que por esse meio se inhabilita de entrar para a representação nacional? Entretanto o serviço se ha-de fazer, e o povo ou o governo serão reduzidos a empregar

individuos desconceituados, promptos a abusar dos empregos, vexando os povos, extorquindo-lhes peitas, cometendo quanto disparate lhes vier á cabeça.

Se o nobre deputado tivesse o intento de ridicularisar a idea que já por vezes tem apparecido na camara dos deputados, de excluir das candidaturas parlamentares as autoridades de influencia provincial, certamente o faria convenientemente com o seu projecto, que bem se poderia reduzir a este unico artigo:—Não será eleito deputado o cidadão que for empregado publico, ou seja por eleição popular, ou por nomeação do governo.

A França, que o nobre deputado offereceu como modelo d'essas exclusões, ainda não pôde conseguir a total exclusão dos empregados publicos do seio da camara dos deputados ou da dos pares: ainda ha muito pouco tempo foi eleito deputado em Pariz o commandante superior da guarda nacional. Ora, si a França onde abundão os homens, ainda não conseguiu uma reforma tão radical, como a conseguiremos nós, que principiamos hontem a vida de nação, e todos os dias nos queixamos que falkem homens intelligentes para os empregos que se devem provêr!!

Ninguém mais do que nós deseja vêr em toda parte respeitada a autoridade; reprovamos sinceramente essa berganha de favores, patronatos e injustiças por votos eleitoraes; consideramos todos os ajustes feitos entre as autoridades e os cabalistas, todo o apoio que aquellas prestão a estes, como outros tantos abusos, do meio dos quaes sahe a autoridade desconceituada, desmoralizada, e sem acção,—mas não se segue d'ahi que se devão excluir das urnas eleitoraes todos os empregados publicos: vamos com tanto remediando os males graves, a reforma dos outros virá com o tempo e com a reforma dos costumes. Reduza o Sr. Rebouças o seu projecto a proporções mais justas e mais possiveis, e ter-nos-ha militando em suas fileiras.

(Do Diario do Rio de Janeiro.)

### S. PEDRO DO SUL.

Porto Alegre, 24 de fevereiro.

CHEGADA DO EXL. SR. BARÃO DE CAXIAS AO EXERCITO.

—A todos os corações brasileiros mui grata deve ser a noticia do extraordinario entusiasmo com que foi recebido no exercito o Exm. Sr. barão de Caxias. Arcos de triumpho, luminarias, salvas, musica, poesia, bailes e jantares, tudo enfim quanto pôde manifestar excessivo contentamento e jubilo, tinha pre-

parado o nosso bravo exercito para receber o seu illustre general.

Nenhum outro ainda foi por tal modo acolhido; é um facto este que devo encher de gloria o coração do pacificador do Maranhão, de S. Paulo e Minas. Se um general experimentado, cheio de prestigio, coroado de gloria, pôde assim electrizar um exercito, o que não esperamos de um tal general á frente de bravos que sabem apreciar o seu valor? A victoria os espera, o a paz nos aguarda.

(Do Jornal do Commercio.)

## MARANHAO.

Pede-se a publicação da seguinte:—

### REPRESENTAÇÃO.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senr.

—Joze Antonio da Silva Guimarães Cavalleiro da Ordem do Christo, Negociante desta Praça e Major da 2.<sup>a</sup> Legião da Guarda Nacional da Capital, vem submisso e respeitosamente queixar-se a V. Exc. do Commandante superior da mesma Guarda Isidoro Jansen Pereira, e pedir a V. Exc. se digne tomar sua queixa na devida consideração, para depois de mandar responder o referido Commandante superior fazer ao supplicante a justiça que merecer.

Achando-se o supplicante gravemente doente, e tendo dado disso parte verbal no seu Coronel Chefe de Legião, foi-lhe quando menos se esperava intimada ordem de prisão por oito dias, passada directamente por aquelle Commandante superior, (documento n.º 1), e respondendo o supplicante que o seu máu estado de saúde lhe não permitia recolher-se á prisão; foi-lhe depois intimada segunda ordem, (documento n.º 2)! Conheceu então o supplicante que esta prisão sendo baseada em um falso pretexto, (porque não havia recebido ordem alguma a que desobedece) e com expressões tão dolorosas, não era mais que uma vingança por divergencias politicas, e por isso resolveu recolher-se á prisão com sacrificio de sua saúde, para d'alli queixar-se a V. Exc., e para isso requereu licença ao Commandante superior inserta no documento n.º 3, que lhe foi negada.

Queixou-se de tudo isto a V. Exc. que mandando ouvir o Commandante superior e dando este a informação constante do documento n.º 4 foi em virtude d'ella indeferida a sua petição. Resignou-se então o supplicante a sofrer a prisão, bem persuadido de que no fim dos oito dias seria posto em liberdade;

mas maior foi o seu pasmo quando viu que findando elles a 4 de Fevereiro p.p., ainda no dia 6 não tinha recebido ordem de soltura. Recorreu n'esse dia pela 2.<sup>a</sup> vez a V. Exc. pedindo que o mandasse inspecionar, o que V. Exc. fez, e o resultado consta do documento n.º 5. Requereu tambem que o mandasse soltar por haver cumprido a pena imposta pelo Commandante superior e que o obrigasse a mandar passar as certidões que o supplicante lhe tinha requerido e que elle lhe negara; e V. Exc. n' tudo deferiu como dos documentos n.º 6, sendo o supplicante solto ao fim de 13 dias de prisão como se vê do documento n.º 7. Mas que injustiça não sofreu o supplicante antes de V. Exc. obrigar o Commandante superior a observar a Lei que elle com tanto abuso havia calçado? Ainda isto não fica aqui, Exm. Snr., o Commandante superior que em todas as suas informações (documentos n.º 4 e 6) patenta o odio e rancor que consagra á pessoa do supplicante, quiz estender a mais a sua prepotencia.

Mandou responder o supplicante ao conselho de disciplina pelos mesmos factos porque já com tanto abuso o havia punido, como se vê do documento n.º 3 e que alias falsamente negou a V. Exc. em seu officio (documento n.º 6.) nomeando para Juizes, Officiaes do seu cêdo, e escolhidos, deixando os da Capital para os ir procurar na Freguezia de S. Joaquim da Bacanga, e até no Municipio da Villa do Paço distante d'esta Capital bastantes legoas! Isto não é exageração, Exm. Snr., e a prova está na Sentença do mesmo conselho, que em tudo deferiu ao Officio inicial do Commandante superior, sem especificar os crimes e as penas, condemnando englobadamente quando no processo se não encontra a menor prova documental ou testemunhal, como se vê do documento n.º 9. O Supplicante recorreu d'essa injusta Sentença, parto do mais escandaloso patronato, para o Tribunal superior de Justiça, e n'elle espera um completo melhoramento, mas de que serve elle, Exm. Snr., depois de tantos esforços, que continuão a ser reproduzidos com maior escandalo?

N'essas informações dadas a V. Exc. pelo referido Commandante superior que tem o character de accusações, queixa-se elle do lhe haver o supplicante dirigido o requerimento inserto no documento n.º 3 que chama insolento e criminoso, e que elle diz dêr causa á nomeação do conselho de disciplina, porisso deve o supplicante defender-se d'essas arguições.

Primeiramente, Exm. Snr., ninguém ignora que a G. Nacional composta de Cidadãos, dedicados ás differentes profissões sociaes inteiramente alheas e até incompativeis com a militar, não podem estar sujeitos ao rigor da disciplina que regula a 1.<sup>a</sup> linha, e que por consequencia o respeito por elles devido a seus superiores, não exclue a manifestação energica e decente de sentimentos proprios de homens livres.

A qualificação de *Injusta e calumniosa* dada pelo supplicante á prisão que o Commandante superior mandou fazer, contém defesa natural, e não tem o menor vislumbre de injurias recaído sobre actos publicos pelos quaes é o auctor responsável. Por ventura queixando-se o

supplicante da sua prisão, havia de qualificar de justa, verdadeira, e bem fundada? O adverbio *infelizmente* applicado ao exercicio do Commandante superior, no seu posto, das suas relações com o supplicante, não é mais que a expressão dolorosa dos sentimentos que animavam a este, no seu leito de dores e dentro dos muros de uma prisão, vendo-se objecto das prepotencias e vexações de um homem de quem outrora fora amigo. Certo, Exm. Snr., o brado queixoso do supplicante, está de si mais que muito justificado.

Primeiramente foi elle preso sem culpa alguma pois nem recebeu o officio que o Commandante superior diz dirigira ao supplicante; nem elle lh'o dirigio por intermedio do Chefe da Legião como devia, documento n.º 2; (reconhecendo alias esse dever quando ordenava que o supplicante lhe requeresse as Certidões que precisava por esse Canal, documento n.º 10) e nem que o recebesse, estava em estado de lhe dar execução, como se vê dos documentos por n.º 5.

E ao segundo logar a simples falta de cumprimento de uma tal ordem, alias não transmittida pelo canal competente, falta não agravada por outras anteriores, (documento n.º 12,) ainda quando existisse, não era bastante para que logo seu superior lhe impuzesse o castigo de oito dias de prisão, sem haver Lei que lh'o permitisse, porque o supplicante não estava em serviço. Não o authorisava para fazer supposições tão infundadas como injurias de resistencia da parte do supplicante, ameaçando com responsabilidade ao official encarregado de executar a prisão, e authorizando-o a requisitar força policial para a effectuar, como se vê dos documentos n.º 1 e 2, afrontando assim na pessoa do supplicante a dignidade de um Cidadão condecorado pelo Monarcha Brasileiro, e Negociante da 1.<sup>a</sup> ordem; e o character de um official superior da Milicia Nacional.

Não o authorisava para cometer o escandaloso abuso de poder, retendo o supplicante em prisão por tres dias, como se vê do documento n.º 7.

Não o authorisava a negar-lhe certidões, despachando-lhe que requeresse por intermedio do Coronel Chefe de Legião que por seu turno despachava no mesmo sentido, (documentos n.º 10 e 11); e nem a demorar-lhas em prejuizo da defesa do supplicante que tendo de responder a conselho no dia 9 de Fevereiro, foram-lhe no dia 8 deixados sem despacho tres requerimentos de simples certidões (não obstante V. Exc. já então lhe haver positivamente ordenado que as mandasse passar, e elle a haver prometido a V. Exc., (documento n.º 6) sob o futil pretexto de que n'esse dia tinha de ir ao Jury; como se os direitos de um reo em processo devessem de ser preteridos por considerações d'essa ordem, (documento n.º 13). Não o authorisava para sugerir o supplicante a um processo pelo mesmo supposto crime porque já com tanto abuso o havia punido, mormente quando o mesmo crime não era aggravado por reincidencia, ou outra qualquer circumstancia que o tornasse digno de maior pena em conformidade do art. 20 da Ley de 18 de Agosto de 1831. Não o authorisava a pôr em duvida as attentões de honrados facultativos, como declara a V. Exc. no officio (documento n.º 4) unicamente com

o fim de demorar a soltura do supplicante, e nem a qualificar de falsa a inspecção mandada fazer por V. Exc. que não admite suspeitas, para nomear o supplicante seu Ajudante de ordens, a fim de o acompanhar a uma Procissão, e ameaçando-o logo com punição (documento n.º 14,) e menos a mandar o inspecionar de novo (documentos n.º 15 e 16) atacando assim a autoridade de V. Exc. e pondo em duvida a fê que devem merecer os membros da Junta de Saude nomeados pelo Governo. Não o authorisava a illudir a V. Exc., declarando-lhe falsamente no officio n.º 6 que sugerira o supplicante a conselho de disciplina por motivo diverso do que deu lugar á sua prisão; quando no officio de convocação do mesmo, (documento n.º 3) se vê o contrario, mandando ate que o supplicante respondia, e seja punido, no § 3.º do art. 85 da Ley de 18 de Agosto de 1831, isto é *insultos e injurias a subordinados, e abusos de autoridade* a respeito d'oqual se não encontra em todo o decurso do processo um só documento, uma palavra se quer, e nem o mais leve vestigio!

Não o authorisava finalmente a dar despachos semelhantes ao documento n.º 17 que mais parecem reprehensões, de que deferimento ao que se requereu; nem a asseverar tão ousada e maliciosamente a V. Exc. no officio (documento n.º 18) que não havia passado mais que a ordem de prisão (documento n.º 1,) quando é certo existir outra em poder do official a quem foi dirigida e consta do documento n.º 2; e nem em fim a avançar no officio (documento n.º 4) que o supplicante se occultava antes de ser preso, o que está formalmente desmentido no documento n.º 19, mostrando-se assim e por tal forma, que nenhuma fê, nenhum credito, e nenhuma consideração devem merecer as informações deste Commandante superior dadas ao Governo que tem de decidir por ellas a conducta de Cidadãos dignos sem duvida de melhor sorte.

Acrece mais, Exm. Snr., que tendo o supplicante requerido a demissão do logar de Ajudante de ordens interino que á força se pertende obrigar a servir, havendo alias quem muito o ambicione, foi-lhe ella negada com frivolo pretexto (documento n.º 20); que tendo o supplicante sido inspecionado por despachos de V. Exc., sofreu outra inspecção ordenada pelo Commandante superior: que d'essa 2.<sup>a</sup> inspecção se não assignou até hoje termo algum porque os facultativos julgarão o supplicante enfermo, e o Commandante superior o julgou prompto para todo o serviço dirigindo-lhe depois o officio junto por n.º 21, ordenando-lhe que o acompanhe á grande parada do dia 7 do corrente, apesar de que no outro officio n.º 22 do seu Ajudante de ordens, se diz que o supplicante foi julgado prompto para o serviço moderado, e este por certo não obriga a ir a uma parada: que finalmente dando o supplicante a estes officios a resposta junta por copia sob n.º 23 recebeu depois os officios n.º 24 a 26 que bem dão a entender o novo laço que se prepara ao supplicante para depois do dia 7, visto que não está em estado de cumprir o que se lhe determina.

Avista pois do que fica ponderado, Exm. Snr., e attendendo a que o Commandante superior tem perdido a confiança publica pelas falsidades em que



está a cada momento sendo surpreendido; que faltou a verdade a V. Exc. com o maior escândalo em todas as informações dadas em prejuizo do supplicante; que tendo-o punido com grande abuso de poder o mandou depois metter em conselho pelo mesmo supposto crime; que tendo o supplicante sido inspecionado por Despacho de V. Exc. sofreu depois outra inspecção ordenada por elle; que não obstante ser o supplicante julgado doente em ambas as inspecções, continúa a ser chamado ao serviço sem urgente necessidade; que attendendo a tudo isto, repete-se, e ao damno que o Commandante superior pôde ainda causar ao supplicante se continuar no exercicio de tão alto posto, digno-se V. Exc. suspender o d'esse exercicio á face do art. 60 da Ley de 18 de Agosto de 1831 combinado com os artigos 129, 142, 144, 145, 159, 160, e 167 do Código penal em que á vista dos documentos juntos se acha incurso, mandando igualmente ouvir o referido Commandante superior em um prazo razoavel que lhe deve ser marcado, para com a sua resposta poder o supplicante requerer a S. M. I. a demissão do mesmo Commandante superior.

P. a V. Exc. se digne a sim o haver por bem.

E. R. M.<sup>o</sup>

Maranhão 8 de  
Abril de 1843.

Joze Antonio da Silva Guimarães.

## CORRESPONDENCIA.

*Snr. Redactor da Revista.*

—Tendo o Sr. Antão Pinto de Faria assignado hum artigo que escreveo contra mim na Revista de n.º 175, rogo-lhe o obsequio inserir na sua bem conceituada folha a analyse do dito artigo. O Sr. Antão dizer que eu não sou o primeiro que vim estabelecer e preparar as agos gazosas-mineraes artificiaes, no Maranhão, supponho que o dito Sr. ignora totalmente o modo de preparar as ditas agos, julgando talvez, que he bastante saber separar o gaz acido-carbonico de suas bezas, para poder obter as agos gazosas, com toda a perfeição que requer semelhante preparação, e se assim he o seu modo de proceder, então, Sr. Redactor, posso dizer que o Sr. Antão está muito atrasado em conhecimentos desta natureza, pois que o Methodo adoptado hoje nos cursos chimicos he tão simples de comprehender, que qualquer estudante de hum anno de estudo, não o ignora. Desejava que o Sr. Antão tivesse a bondade de citar-me, quaes os Medicos ou Facultativos que já aqui no Maranhão receitarão as agos mineraes gazosas artificiaes, e quaes os Pharmaceuticos que as preparáram, e quaes os aparelhos que empregáram para sua preparação?

Pelo interesse da humanidade, tenha o Sr. Antão o trabalho de consultar as obras de M.<sup>o</sup> Boissonot, Bramah, Baruel, Deaulgchamps, Orfilá, Savarez, e Soubeiran, e elle virá a ter o pleno conhecimento que, é, com as maquinas dos citados authores, que hoje se fabricão em Europa as agos gazosas, e medicinaes e poderá ao depois o Sr. Antão Manjeira o montante no vasto, e intrinseco campo da Chimica, sem expôr-se a deitar a lava da ignorancia.

Eu tenho em desprezo os insultos

grosseiros do meu antagonista por persuadir-me que seus estudos combinão perfeitamente com seus conhecimentos de Physica e Chimica.

Pelo methodo dos meus aparelhos, eu fabrico todos os dias das sete até as nove horas da manhã cem a cento e cincoenta garrafas das ditas agos, sob a pressão de seis a oito atmosferas, de que resulta que as agos contem de seis a oito volumes de gaz contra hum d'agoa, sendo o meio indispensavel para poder obter a agos gazosa com todas as suas virtudes digestivas e medicinas.

Eu convido a todas as pessoas amigas da verdade e de conhecimentos scientificos, á terem a bondade de vir examinar e ver os meus aparelhos que perante elles, serão postos em execução, a fim de poderem confrontar com as outras fabricas que diz o Sr. Antão existirem no Maranhão:

Sou Sr. Redactor

S. C. 6 de Abril  
de 1843.

Seu Affeiçãoço Ve-  
nerador e Criado  
L. Bontentuit.

## A REVISTA.

*Noticias vindas pelo paquete.*

—As folhas que recebemos do Rio de Janeiro alcançam ate 14 do corrente.—No dia 4 fez-se de vela para Napoles a expedição que deve conduzir a futura imperatriz do Brazil. Compõe-se da fragata Constituição, e das corvetas Dous de Julho e Euterpe.—No dia 9 partiu para Ouro Preto o general Andrea, presidente nomeado da provincia de Minas.—A firma-se que o barão da Parnahiba, presidente vitalicio da provincia do Piahy, fora substituido pelo Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira.—Diz o Jornal do Commercio que em uma reunião de deputados que houve no dia 2 na secretaria dos estrangeiros, se trataraõ diferentes questões anteriores que reclamão providencias legislativas mas que o principal objecto da discussão fora o tratado com a Inglaterra, sendo a opiniaõ da maioria que qualquer tratado que se houvesse de celebrar devia conter especialmente estipulações para serem admitidos no consumo da Grão Bretanha os principaes productos da agricultura do imperio, pagando direitos differenciacoes que não excedessem de 10 a 12 por cento das que pagão os generos semelhantes, produzidos pelas colonias inglezas.

Tomaraõ assento na camara temporaria os snrs. ministros da marinha e da fazenda, deputados reeleitos pela provincia do Rio de Janeiro.—Foi declarado deputado pelo Maranhão; e tãõhem tomou assento, o sr. Vemacio Joze Lisboa.—Com a chegada desse sr. á corte, que coincidia com a aparição do cometa, deixou de verificar-se a chamada do primeiro supplente por esta provincia, o sr. Candido Mendes de Almeida, cuja admissão proposta pela commissão de poderes, foi por espaço de 18 dias illudida pelas tretas dos snrs. J. Franco de Sá e J. A. de Miranda que lançarão mão de toda a sorte de chicana e espezteza, afirmando que se não erguessem na camara uma voz em favor do Maranhão tiramissado pelas familias colligadas; chegando o ultimo dos dois até a propor

sueto nos dias entrado!—Aparecerão as actas do Brejo quando já não erão precisas, e lá surdirão como por encanto na respectiva pasta, dadas, diz a "Sentinella", por João Bentevi ao sr. Miranda.—Corria boato que tres deputados pelo Maranhão ião declarar-se em opposição ao ministerio; e este phenomeno junto com a da aparição do cometa trazia, segundo a "Sentinella", de boca aberta a toda a cidade do Rio de Janeiro, que estava em completa pasmaceira. Nós, porem, julgamos que isso não passa de *micro arregarho e negaça* para se extorquir alguma concessão injusta; nada diremos do sr. Miranda que não dou lá prova de grande habilidade na discussão do parecer sobre as eleições do Maranhão; mas o sr. Sá esse é *marombista* muito habil e consummado, para desfechar golpe tão mortal na sua querida oligarchia de familia; si o ministerio já cheirasse a defunto, então sim, era outro cantar; mas elle está ainda em toda a sua vida e força; não, não é possível; por isso damos quarentena a tão importante noticia.—Foi approvada em 7 de Março a proposta da fixação de forças de mar, tal qual havia passado em segunda discussão.

Em occasião que continuava no senado o debate relativo a 4.<sup>a</sup> conclusão do parecer sobre o processo dos 4 senadores pronunciados por causa de rebellião, com as emendas dos Srs. ministro da justiça e Paula Souza, offereceu o Sr. Visconde de Olinda comoemenda a seguinte resolução:—

"A assemblea geral legislativa resolve:—O art. 179 do codigo do processo é applicavel ao julgamento dos crimes dos membros de ambas as camaras, nos casos que não são de responsabilidade, &c."

Encerra-se a discussão, e regeitado o parecer da commissão e as duas primeiras emendas, approva-se para entrar na ordem dos trabalhos a do Sr. Visconde de Olinda.

## O Ministerio.

—Parece fora de toda a duvida que o ministerio actual não está disposto a seguir a mesma politica tortuosa e eccentrica do condescendente 23 de Março, ou antes como he chama a "Sentinella", a politica do *patronato* e da *maromba*, que tantos males causou ao paiz. O sr. ministro da marinha, na sessão de 22 de Fevereiro, fez, por occasião do discurso do deputado por Minas, o sr. Barboza, que suppunha o actual continuador da politica do ministerio passado, a seguinte declaração muito explicita:—Nós temos uma politica nossa. (Applaudos.) Pode ser que ella se encontre com a de outros ministerios; mas NAO SOMOS CONTINUADORES DE NINGUEM. (Muitos applaudos.)—Alguns actos que temos do novo gabinete vêm felizmente em apoio desta declaração tão franca, como leal, feita, na camara temporaria, pelo sr. Torres.

O sr. tenente general André, militar distincto, ou antes uma de nossas primeiras capacidades militares, pacificador de duas provincias, havia não sabemos porque motivo, incorrido no desagrado do 23 de Março, (sem duvida porque o seu reconhecido merito fazia sombra a alguns protegidos), e estava como posto no esquecimento n'uma quadra em

que tanto necessitamos de generaes habéis e experimentados; mas o ministerio actual acaba de encarregal-o de uma commissão importante, nomeando-o presidente da provincia de Minas, que, depois da assoladora rebellão porque passou, e ainda assusta, reclamava a presença de um administrador illustrado e enérgico, e sobrecarregado de um militar de precedentes tão honrosos, como o sr. Andréa.

A mesquinha oligarchia de familia que tyrannisa o Maranhão, estava na posse immemorial de extorquir toda a sorte de concessões do imprevidente 23 de Março cuja illimitada condescendencia alimentava aqui este foco de oppressão e immoralidade, mas hoje, seja dicto em abono da administração, já vae encontrando barreiras as suas exorbitantes e tresloucadas exigencias. — Diz-se que o sr. João Antonio de Miranda, principal representante da oligarchia na corte, começa a experimentar graves e serias contrariedades da parte do ministerio actual que não parece, como seu antecessor, propenso a baratear os cargos, as mercês, e condecorações do governo. Dois afilhados d'aquelle senr., dois instrumentos de sua familia, que fizera proezas nas eleições desta provincia, os senrs. Jozé Thomaz dos Santos e Almeida e Gregorio de Tivares Ozorio Maciel da Costa, acabão de ser formalmente desatendidos pelo senr. ministro da justiça: o primeiro não foi despachado juiz de direito do Brejo, como pertencia, e em vez do segundo foi, contra o que se esperava, nomeado juiz de direito da Chapada, outro de mais merecimento. Ainda (dizem as más linguas) ha outras pretensões malogradas, como a do brigadeiro desapaçado, &c. &c. Porisso estão amuados os 3 deputados, por isso vomitam rancas e feros, por isso ameaçam o ministerio com a sua terrivel opposição. Mas N. Senhora da paz ha de se meter no meio: nós pelo menos muito confiamos na consummada prudencia do senr. Sá.

Honra ao senr. Carneiro Leão, honra aos conselheiros da corôa que não berganham votos a troco da justiça e da propria dignidade.

Que lição para os *papaleos* que aqui lambem as patas lupinas, e fazem mil baixozas, suppondo que o senr. Miranda é homem de tal importancia na corte que pode, a seu bel prazer, abrir o cofre das graças, e dispensar-lhes por mão dos ministros, patentes e mais patentes, logares e mais logares, commendas e mais commendas, habitos e mais habitos!... Que famoso desengano!... Mirrem-se, meus senrs., neste espelho!...

Honra outra vez ao digno ministro da justiça que não premia traficancias eleitoraes com logares de magistratura.

Ainda podiamos citar em apoio da declaração as condecorações conferidas aos benemeritos de Minas, esquecidos pelo 23 de Março, e a questão do tratado com a Inglaterra que vae tomando outra face depois que subiu ao poder o ministerio actual, pois parece averiguado que ou não se fará tratado, ou se fará com condições vantajosas ao Brasil; mas basta os factos que ficão apontados, para que nos convençamos que a politica do *patronato* e da *maromba* não tem presidido aos actos da nova administração. Oxalá que ella se não desvie da carreira trilhada, e tenha sempre diante dos olhos a jus-

tiça e imparcialidade em que parece bascar-se a sua politica.

### O commandante superior da Guarda Nacional do Maranhão.

—Fica transcripta neste n.º uma representação do senr. Jozé Antonio da Silva Guimarães major da 2.ª legião da guarda nacional desta cidade, queixando-se a S. Ex. o senr. presidente da provincia das violencias que soffrera da parte do senr. Izidoro Jansen Pereira, na qualidade de commandante superior da mesma guarda, e pedindo justiça contra o escandaloso abuso de autoridade de que acaba de ser victima.

A representação achá-se instruida com peças documentaes comprobativas do allegado, as quaes doixamos de transcrever nesta folha por falta de espaço, e porque muitas dellas (as mais importantes) já tem sido publicadas pela imprensa. — Constitue o principal objecto da queixa a injusta e arbitraria prisão que soffreu o senr. Guimarães, por 13 dias, achando-se com parte de doente, e sendo aliás notorio o seu estado valetudinario. O queixoso é negociante de primeira ordem nesta praça, official superior da guarda nacional, pessoa muito de bem e condecorada. É tao flagrante é o abuso de poder contra elle exercido, que, ainda quando fosse justo o motivo de sua acatosa prisão, nem por 8 dias, gravissimo da pena que é authorizada a impor o chefe na conformidade da lei provincial que alterou algumas disposições da de 18 de Agosto, nem por 1 dia si quer, podia ou devia ser retido, por isso que a guarda nacional não estava em serviço. Mas ainda isto não é tudo. Os proprios meios de defeza erão, como se demonstra na representação, denegados ao paciente pela authoridade oppressora que se recusava a mandar-lhe dar certidões de peças indispensaveis, e só o fez, e não de todas as que se pedião, depois que se viu a isso compellido pela primeira authoridade da provincia; e isto ao passo que o mettia em conselho de disciplina, e nomeava para este, vogues do seu mesmo credo, até de fora da cidade (\*)!

É de notar que a authoridade suabarna que commetter este grave abuso de poder, é de mais a mais convencida pelo queixoso de haver faltado a verdade n'uma informação ao governo provincial, afirmando que só passara uma ordem de prisão, quando se prova com a publica forma de outra que se junta á representação, e cuja certidão se negou, que as ordens erão duas, e não uma e unica. Faltava ainda esta circumstancia escandalosa para aggravar o procedimento do commandante superior!

Temos tambem que o queixoso foi mettido em conselho pelo mesmo motivo porque esteve preso 13 dias, e vem a soffrir duas penas pelo mesmo supposto delicto, porque os vogues escolhidos carregarão-lhe a mão sem piedade nem misericordia, sendo-lhe apenas favoravel o Sr. tenente-coronel João Rufino Marques.

(\*) Fizerão parte deste conselho os senrs. João Joaquim Maciel Aranha, major da Bacanga, e Jozé Joaquim Pinheiro Homem, major da Villa do Paço.

E ainda aqui é, como se deduz da representação e documentos, apauhado em outra *contradição* o senr. commandante superior quando afirma ao governo que o mandára responder por motivo diverso! Valha-nos Deus com tanta reuicidencia!...

Consta-nos agora que os meus snrs. do conselho andão muianchos requerendo patentes honorarias. Notavel coincidência! Mas, a ser certo, é de crer que o ministerio actual que não quiz premiar serviços eleitoraes com logares de magistratura, não queira tambem galardoar com patentes, serviços desta natureza.

Já não é a primeira vez que o senr. Izidoro abusa da autoridade de que se acha revestido para opprimir a seus adversarios politicos; os senrs. tenente coronel Cyrnaeo e capitão Luis Jozé Joaquim Rodrigues Lopes, sem fallarmos em simples guardas, como o senr. Thomaz de Aquino dos Reis, tem soffrido iguaes perseguições e vexames; e estes excessos ficarão sempre impunes, porque o oppressor contava com as boas graças dos presidentes Miranda e Venancio. O governo provincial, confiado agora a mãos imparciais, deve, por meio da repressão legal, oppor um dique aos escandalosos abusos de poder deste senr., em quanto os clamores das victimas não chegão ao conhecimento do governo de S. M. I. para prover-nos de remedio mais eficaz; pois do contrario não haverá homem nenhum honrado que esteja isento de soffrer qualquer violencia, a pretexto do ser guarda nacional.

Eis no entanto o homem que foi agraciado pelo 23 de Março com postos honorarios e commendas, e cujos verdadeiros titulos para tales distincções não sabemos que sejam outros si não os serviços prestados e a prestar, nas eleições do cacete em 1841, e nas escandalosas eleições de 1842, nesta cidade. E porque este artigo ja vae longo, em outro nos occuparemos do deploravel estado em que se acha a nossa pobre guarda nacional, depois que foi posta á disposição do senr. Izidoro e da sua parentella.

—O "Correio" será respondido.

### — AVISOS. —

—M.<sup>a</sup> Luiza Breton de Nação franceza pretende fazer huma viagem a provincia de Pernambuco para cuidar em seus negocios, por isso o faz publico na conformidade da lei.

—Quem quizer fornecer para a obra da casa de prisão com trabalho os objectos seguintes, postos no caso do Sr. Melheiros, falle com o Major graduado do Imperial Corpo de Engenheiros.

Toboados de cedro, Barcalas de pedras, alqueires de Cal, Tijolo de hidrillo do Carmo, dito grosso de alvenaria, grades de ferro.

—Raimundo Carlos Ribeiro, tem mris para vender, alem dos objectos já annunciados; oleo de linhaça, a retallo e em botija, por preço commodo.

—João Antonio da Costa Rodrigues tem Pixe da Sucia, em Barris grandes para vender.

Maranhão: Typographia Imparcial Maranhense, impresso por M. P. Ramos, na Rua Ferreira Casa n.º 4 em 1843.